



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

Prova Escrita Objetiva

OFICIAL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

4 horas e 30 minutos é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas

30 minutos antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e atentamente as instruções para preencher a folha de respostas

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala

O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro

Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas

A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****FERNANDO MOURA****Texto 1**

- 1 Trabalhar pela segurança pública significa dire-
cionar esforços ao pleno combate da criminalidade
no Brasil, o que por si só já evidencia o tamanho do
desafio desse setor. Fazem parte do quadro de profis-
5 sionais desse ramo desde os funcionários da Polícia
(Militar, Civil, Rodoviária, Federal), dos Bombeiros,
dos Ministérios, das Secretarias de Segurança, das Pe-
nitenciárias até os de outros departamentos que pre-
vinem riscos e violência.
- 10 A carreira na esfera pública é a principal opção
de trabalho, considerando-se os âmbitos de atuação
municipal, estadual e federal. Independentemente do
alcance das políticas públicas de segurança, é dever
dos órgãos trabalharem de forma conjunta e elaborar
15 planos integrados, com vistas a fortalecer os direitos
básicos da população em todo o território nacional e
evitar resultados desastrosos.

- Em virtude da dimensão social desse trabalho e
da extensão territorial do Brasil, não é “tarefa fácil”
20 assumir um cargo na área.

Fonte: <<https://blog.unyleya.edu.br/inicie-sua-carreira/seguranca-publica-no-brasil>> (com adaptações).

1

Ao dizer que “Fazem parte do quadro de profissionais
desse ramo desde os funcionários da Polícia (Militar,
Civil, Rodoviária, Federal), dos Bombeiros, dos Minis-
térios, das Secretarias de Segurança, das Penitenciá-
rias até os de outros departamentos que previnem ris-
cos e violência”, o texto informa que riscos e violência
são prevenidos

- (A) pelos funcionários de diversos órgãos até os de
outros departamentos, todos ligados à seguran-
ça pública.
(B) por órgãos e departamentos de segurança pública,
embora em proporções diferentes.
(C) por órgãos e departamentos públicos, de forma ge-
neralizada.
(D) por departamentos públicos, de forma irregular.
(E) pelos funcionários de órgãos e departamentos de se-
gurança pública, de forma particionada.

2

Em “Trabalhar pela segurança pública significa direcio-
nar esforços ao pleno combate da criminalidade no Bra-
sil”, as duas formas infinitivas introduzem orações com
valor sintático, respectivamente, de

- (A) sujeito e sujeito.
(B) objeto direto e adjunto adverbial.
(C) sujeito e objeto direto.
(D) objeto direto e complemento nominal.
(E) sujeito e objeto indireto com preposição implícita.

3

“Independentemente do alcance das políticas públicas
de segurança, é dever dos órgãos trabalharem de for-
ma conjunta e elaborar planos integrados, com vistas a
fortalecer os direitos básicos da população em todo o
território nacional”. Sobre os elementos componentes
desse período do texto, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) “Independentemente” introduz ideia de su-
bordinação.
(B) “com vistas a” indica ideia de finalidade.
(C) “da população” indica ideia de posse.
(D) “em todo o território nacional” traduz ideia de lugar.
(E) “públicas” é um epíteto.

4

O autor do texto registrou a expressão “tarefa fácil” en-
tre aspas porque essa expressão

- (A) é a cópia de expressão comum na imprensa.
(B) realça, com o auxílio do advérbio anteposto, o valor
oposto, considerando a realidade dos fatos.
(C) produz sentido depreciativo.
(D) é tratada como expressão linguística.
(E) foi empregada com valor metafórico.

5

Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado introduz
uma opinião de quem redige o texto.

- (A) esfera pública
(B) território nacional
(C) atuação municipal
(D) direitos básicos
(E) resultados desastrosos

Texto 2

1 Especialmente no Brasil, (1) discutir segurança pública e seus desafios em tempos de pandemia remete a alguns aspectos centrais. De um lado (2), a redução sem precedentes da circulação de pessoas nas ruas, (3) decorrente das medidas de isolamento social, levanta dúvidas sobre como serão afetados os índices de criminalidade — dentro e fora do ambiente doméstico. De outro, (4) cabe avaliar como a atuação policial tem se adaptado aos novos riscos representados pela

5 exposição ao vírus. Como não se pode olvidar dessa realidade, (5) 80% da população concordam que se trata de serviço essencial que não pode parar.

10

Fonte: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/A-seguranca-publica-brasileira-em-tempos-de-coronavirus>> (com adaptações).

6

No texto acima, há cinco ocorrências do emprego da vírgula, devidamente numeradas. Assinale a opção em que o emprego da vírgula está corretamente justificado.

- (A) no caso (1), para marcar o deslocamento de oração adverbial.
- (B) no caso (2), para indicar uma enumeração.
- (C) no caso (3), para indicar a presença de oração reduzida.
- (D) no caso (4), para indicar a supressão de um verbo.
- (E) no caso (5), para destacar a presença de oração adverbial deslocada.

7

No último período do texto, o verbo “olvidar” admite a substituição por

- (A) esquecer.
- (B) lembrar.
- (C) recordar.
- (D) admirar.
- (E) duvidar.

8

Analise a frase a seguir: “Como não se pode olvidar dessa realidade, 80% da população concordam que se trata de serviço essencial que não pode parar”. Uma frase construída por uma porcentagem seguida de um especificativo tanto pode ter sua concordância verbal realizada com a porcentagem quanto com o especificativo.

A esse respeito, assinale a opção que indica concordância **inaceitável**.

- (A) 1,5% dos brasileiros concordam.
- (B) 1,4% da população concorda.
- (C) 2,1% da população concordam.
- (D) 3,2% dos brasileiros concordam.
- (E) 1,7% da população brasileira apoiam.

**NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MAURÍCIO FRANCESCHINI****9**

Em relação às operações realizadas por meio do serviço de correio eletrônico, assinale a alternativa correta:

- (A) A pasta Caixa de Saída armazena as mensagens enviadas com sucesso.
- (B) A ação Responder envia mensagens apenas ao remetente da mensagem.
- (C) Os destinatários do campo Cco não podem executar a ação Responder a Todos, por serem destinatários ocultos.
- (D) A ação Encaminhar envia a mensagem aos destinatários originais da mensagem.
- (E) O recurso Lixo Eletrônico armazena as mensagens excluídas pelo usuário.

10

Em relação ao uso e características do sistema Operacional Linux, assinale a alternativa correta:

- (A) O Linux é um software comercial de código fechado.
- (B) A estrutura básica de diretórios do Linux é igual para todas as suas distribuições.
- (C) O Word é o editor de textos nativo do Linux.
- (D) O Kernel é o terminal de comandos do Linux.
- (E) O Linux não permite criar as duas pastas /home/fulano/docs e /home/fulano/DOCS simultaneamente.

11

Assinale abaixo o equipamento que permite conectar o usuário à internet:

- (A) switch.
- (B) modem.
- (C) hotspot.
- (D) access point.
- (E) repetidor.

12

O MS Excel possui a funcionalidade Mesclar Célula, a qual tem por função:

- (A) ordenar as células selecionadas.
- (B) exibir as células dependentes da célula atual.
- (C) concatenar valores de duas ou mais células.
- (D) transformar duas ou mais células adjacentes em uma única célula.
- (E) eliminar as células repetidas.

13

A respeito das funcionalidades do editor de textos LibreOffice Writer, assinale o nome da funcionalidade que permite finalizar o conteúdo do ponto em que o cursor se encontra e posicioná-lo no início da próxima página:

- (A) Linha Horizontal.
- (B) Inserir seção.
- (C) Clonar formatação.
- (D) Inserir quebra de página.
- (E) Inserir tabela.

14

Com relação às características da gestão de projetos, assinale a opção correta:

- (A) O PMBOK funciona como um guia de boas práticas, orientando as ações do gerenciamento de projetos e aumentando a eficiência das atividades realizadas.
- (B) Um projeto é uma ação contínua, tendo começo e meio, porém o seu fim é dependente das fases de execução.
- (C) Um projeto não pode ser desenvolvido de maneira progressiva ou por etapas.
- (D) Um projeto tem um objetivo específico a ser alcançado, que sempre é a entrega de um produto.
- (E) Um projeto pode usar recursos ilimitados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

THIAGO FERNANDO

15

Considerando a sequência 15, 10, 20, 16, 12, 23, 17, 14, 26, 18, 16, 29, 19, ... a diferença entre os dois próximos elementos é

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14.
- (E) 15.

16

Há 5 pessoas em uma fila, aleatoriamente: Ana, de 15 anos; João, de 19 anos; Bianca, de 25 anos; Giovana, de 31 anos; e Pedro, de 37 anos. A quantidade de pessoas na frente e atrás da pessoa de João é a mesma. À frente de Pedro, não há nenhuma pessoa mais nova que ele. Atrás de Ana, não há nenhuma pessoa mais velha que ela. Se Giovana é a segunda da fila, então Bianca é:

- (A) a primeira da fila.
- (B) a segunda da fila.
- (C) a terceira da fila.
- (D) a quarta da fila.
- (E) a quinta da fila.

17

Considere as afirmações verdadeiras:

- Todo empresário é rico.
- Nenhum rico é baixo.

É correto o que se afirma em:

- (A) Algum empresário é baixo.
- (B) Todo rico é empresário.
- (C) Nenhum empresário é baixo.
- (D) Todo empresário é baixo.
- (E) Nenhum rico é empresário.

18

Se hoje é segunda, Rafaela vai à aula. Se Rafaela vai à aula, Gustavo vai ao médico. Se Gustavo vai ao médico, Cris é médica. Logo, se Cris possui um único trabalho e segue carreira como professora universitária, então se pode afirmar que

- (A) Gustavo foi ao médico e Cris era sua médica.
- (B) Hoje é segunda e Rafaela foi à aula.
- (C) Cris é professora de Rafaela e Gustavo foi ao médico.
- (D) Hoje não é segunda e Gustavo não foi ao médico.
- (E) Hoje não é segunda ou Rafaela foi à aula.

19

A negação da frase “O dia está ensolarado e eu vou andar de bicicleta” é:

- (A) O dia está ensolarado e eu não vou andar de bicicleta.
- (B) O dia não está ensolarado ou eu não vou andar de bicicleta.
- (C) O dia não está ensolarado e eu vou andar de bicicleta.
- (D) O dia está ensolarado ou eu não vou andar de bicicleta.
- (E) Se o dia não está ensolarado, então eu vou andar de bicicleta.

20

Vitor é confeitiro e trabalha em casa. Ao checar suas encomendas, verificou que alguém comeu um de seus bolos e questionou a seus filhos, Natália, Renan, Gabriel, Leticia e Otávio, quem o havia feito.

As respostas foram:

- Natália: “Não comi o bolo”.
- Renan: “Gabriel comeu o bolo”.
- Gabriel: “Otávio comeu o bolo”.
- Leticia: “Natália disse a verdade”.
- Otávio: “Renan mentiu”.

Sabendo que apenas um dos filhos é culpado e que apenas um deles mentiu e os demais disseram a verdade, pode-se concluir que quem comeu o bolo foi:

- (A) Natália.
- (B) Gabriel.
- (C) Leticia.
- (D) Otávio.
- (E) Renan.

HISTÓRIA DA PARAÍBA

ADMILSON COSTA

21

Após a quinta expedição à Paraíba (1584),

- (A) os portugueses dominaram os tabajaras e os mantiveram cativos por todo o período colonial.
- (B) os portugueses dominaram os tabajaras, mas soltaram-nos buscando apoio contra os potiguaras.
- (C) os portugueses dominaram primeiramente os potiguaras e posteriormente os tabajaras com a ajuda de Piragibe.
- (D) ocorreu o recuo dos tabajaras, mediante aliança firmada entre lusitanos e potiguaras na região.
- (E) Frutuoso Barbosa foi preso por ter atirado a artilharia do forte ao mar e foi deportado à Espanha.

22

As tropas do coronel Schkoppe decidiram seguir pela estrada que conduzia até _____, que dispunha de dois baluartes de artilharia, cercado por um fosso, possuía uma trincheira guarnecida com uma paliçada, a qual era guardada pela tropa do capitão Domingos de Almeida, sendo apoiado pelo alferes Antônio Silva Lobo e pela tropa de índios de Simão Soares (OLIVEIRA, 2016, com adaptações).

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) o forte de Santa Catarina
- (B) o forte de Cabedelo
- (C) o forte de São Tiago
- (D) o forte de São Felipe
- (E) o forte de Santo Antônio

23

Em 16 de junho de 1765, o governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, reclamava da falta de mestres de gramática na capitania. Tal situação era uma consequência da

- (A) expulsão dos Beneditinos.
- (B) expulsão dos Carmelitas.
- (C) expulsão dos Franciscanos.
- (D) expulsão dos Jesuítas.
- (E) expulsão dos Padres Seculares.

24

Teve sua origem na posse de João Pessoa na presidência da Paraíba. Pretendendo reformar a estrutura político-administrativa e reerguer as finanças do estado, o novo presidente decidiu deslocar para o litoral a hegemonia do comércio estadual.

Tal descrição refere-se à:

- (A) Confederação do Equador.
- (B) Insurreição Pernambucana.
- (C) Revolta de Princesa.
- (D) Revolta de Quebra Quilos.
- (E) Revolução Praieira.

25

Durante a sua interventoria estadonovista, a maior do referido período da Era Vargas, os proprietários rurais, ligados à cultura do açúcar e do algodão, ficaram à margem das decisões do poder.

O texto anterior refere-se a:

- (A) Argemiro de Figueiredo.
- (B) Antônio Galdino Guedes.
- (C) Ruy Carneiro.
- (D) Samuel Duarte.
- (E) Osvaldo Trigueiro.

NOÇÕES DE SOCIOLOGIA

TIAGO DIANA

26

“Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’.”

A partir da análise do trecho acima e das relações sociais dentro de uma sociedade, marque a alternativa correta.

- (A) Dentro de uma sociedade, existe apenas o controle formal realizado pela legislação vigente.
- (B) A existência de leis faz com que a sociedade seja facilmente controlada e atos considerados ilícitos não aconteçam.
- (C) O processo de socialização em uma sociedade é feito apenas por meio de consensos, inexistindo as diferenças de ideais.
- (D) Por mais que o uso seja comum, as relações sociais criadas e feitas com o uso das novas tecnologias não caracterizam instrumentos de estudo da sociologia.
- (E) A sociedade contemporânea inaugura novos tempos para as relações sociais. Estas acontecem, muitas das vezes, de maneira rápida, fluida e em geral com utilização de tecnologias de informação.

27

“Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.” (GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade, In *Revista Brasileira de Educação*. v.16, n.47, 2011, p. 335-6).

O trecho acima ressalta o desenvolvimento de movimentos sociais na sociedade contemporânea. De maneira geral, um movimento social se fundamenta em

- (A) um grupo de pessoas que se organizam e juntas criticam o governo.
- (B) uma movimentação social com uma pauta que, em função da omissão do Estado em alguma área, busca pressionar para que uma agenda política seja vista e visitada.
- (C) garantir que o *status quo* seja mantido mesmo que signifique a manutenção das pobreza e das desigualdades.
- (D) uma movimentação social criada via redes sociais e que apenas pelo meio digital tenta fazer pressão.
- (E) movimentos criados com o intuito de barganhar recursos do governo em troca de apoio político.

28

A História das Funções da Polícia no Brasil passa por muitas transições ao longo do tempo. Levando em consideração os preceitos atuais e o foco no desenvolvimento da segurança pública, as funções policiais na atualidade buscam:

- (A) atuação sobre os interesses majoritariamente dos representantes do Estado e com atuação omissa com a população.
- (B) imagem construída ligada apenas à repressão e violência.
- (C) construção de uma atividade policial com vistas a promover e garantir a plena cidadania.
- (D) defender que é dispensável que atuação policial seja pautada no respeito à dignidade humana.
- (E) atuar de maneira isolada sem outras instituições ou mesmo a sociedade civil na promoção da segurança pública.

29

A sociedade é uma organização complexa de pessoas, leis, normas e instituições. Analisando os muitos contextos sociais e as relações entre segurança pública e governabilidade, é possível inferir que

- (A) a concretude da segurança pública é um conceito desarticulado de ações, feito apenas pelas forças policiais.
- (B) a governabilidade é uma característica presente e visível em quaisquer governos que foram eleitos democraticamente.
- (C) na atual conjuntura política, é possível governar sem que exista legalidade e legitimidade.
- (D) a governabilidade é uma característica fundamental para a perenidade de um governo, sendo aumentada quando há maior desenvolvimento pleno da segurança pública.
- (E) não existe relação entre segurança pública e governabilidade, sendo os temas independentes nas questões sociais.

30

A partir de 1988 ocorreu o processo de redemocratização e inseriu-se um processo de maior controle, auditoria e transparência nas relações da administração pública nos mais variados poderes. Sobre os aspectos acima tratados e com base no pressuposto do *accountability*, é possível inferir que

- (A) a construção histórica do Brasil com patrimonialismo e personalismo potencializa o processo de *accountability*.
- (B) o processo de *accountability* é apenas direcionado às instituições, não sendo uma busca também dos cidadãos.
- (C) tem relação direta com os direitos do cidadão, a melhor prestação do serviço público e a eficiência da utilização do bem coletivo.
- (D) parte de uma visão reducionista do funcionamento público de algumas áreas e serviços que devem gerar transparência.
- (E) por se tratar de assuntos de natureza muito específica à supervisão, prestação de contas e controle de eficiência são assuntos que não dizem respeito à sociedade civil.

NOÇÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

RENATA ROCHA

31

“O professor também é um aprendiz e, por essa razão, passa a desempenhar um novo papel na sociedade contemporânea.”

Analise as afirmativas abaixo e assinale aquela que representa o papel do professor contemporâneo:

- (A) O professor deixa de ser o “dono” do saber para ser quem irá construir o conhecimento junto com os seus alunos.
- (B) O professor é o palestrante e o aluno o copista de conteúdo.
- (C) A aula torna-se um momento privilegiado de encontro e de ações, devendo ser ministrada pelo professor e assistida pelo aluno.
- (D) A ação de ensinar é independente da ação de aprender.
- (E) O professor atual reproduz os processos pelos quais passou.

32

“A aprendizagem é inferida quando ocorre uma mudança ou modificação no comportamento, mudança esta que permanece por períodos relativamente longos durante a vida do indivíduo.” Sobre estratégias para facilitar a aprendizagem, analise as afirmativas abaixo e assinale a correta:

- (A) Recomenda-se o estudo prolongado, pelo máximo de tempo possível.
- (B) O professor deve ministrar todo o conteúdo de uma disciplina, sem excluir nenhum, para que o aluno tenha o conhecimento do todo.
- (C) Uma estratégia bastante eficaz consiste em associar as novas informações a algo que os estudantes já conhecem bem.
- (D) A memorização é uma importante estratégia para facilitar a aprendizagem.
- (E) É importante estabelecer um só método de estudo para não perder o foco.

33

A taxonomia de Bloom é uma teoria muito utilizada no ensino superior e auxilia os docentes na elaboração dos objetivos, considerando a hierarquia dos objetivos educacionais. Sobre essa taxonomia, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo educacional de Bloom permite identificar o nível de desempenho de cada aluno, com base na classificação dos objetivos educacionais, do mais complexo ao mais simples.
- (B) A Taxonomia de Bloom propõe que os educadores devem proporcionar aos alunos três objetivos principais, classificados a partir dos domínios: relacional, de competências e habilidades.
- (C) O domínio relacional é dividido em cinco áreas: percepção, predisposição, resposta guiada, resposta mecânica e resposta completa e clara.
- (D) O domínio cognitivo é composto de seis níveis educacionais: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.
- (E) O domínio habilidades é dividido nos níveis: recepção, resposta, avaliação, organização e caracterização.

34

Uma das funções do professor é selecionar conteúdos que serão ministrados em uma disciplina. São critérios de seleção de conteúdos de uma disciplina:

- (A) vinculação aos objetivos, ordem da direção, conteúdos mais fáceis.
- (B) vinculação aos objetivos, flexibilidade, utilidade.
- (C) utilidade, facilidade, agradabilidade.
- (D) autossuficiência na aprendizagem, facilidade, confiabilidade.
- (E) flexibilidade, utilidade, ordem da direção.

35

Com a inserção das tecnologias no ensino, a educação a distância vem se popularizando.

Evolução do número de matrículas na rede privada, por modalidade de ensino – Brasil 2009-2019



Desde o ano de 2016 a matrícula em cursos presenciais na rede privada de educação superior tem diminuído, esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos EaD.

Em 2019, os alunos em cursos a distância já representam 35% da rede privada de educação superior de graduação.

INEP

Sobre a educação a distância, assinale a afirmativa correta.

- (A) Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.
- (B) A educação a distância oferece menor flexibilidade e aumenta o tempo do processo ensino-aprendizagem por ser um sistema não presencial.
- (C) A educação a distância, apesar de promover a interatividade, diminui a autonomia do aluno.
- (D) A educação a distância permite alcançar um maior número de participantes em curto espaço de tempo, porém, como não há participação do aluno nos objetivos educacionais e como não há relacionamento interpessoal, torna-se totalmente impessoal.
- (E) A educação a distância é apropriada para todas as pessoas. Não há limitações nesse tipo de ensino.

ATIVIDADE FÍSICA E PROMOÇÃO À SAÚDE

RENATA ROCHA

36

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) constituem a maior carga de morbimortalidade no mundo, acarretando perda de qualidade de vida, limitações, incapacidades, além de uma alta taxa de mortalidade prematura (WHO, 2011).

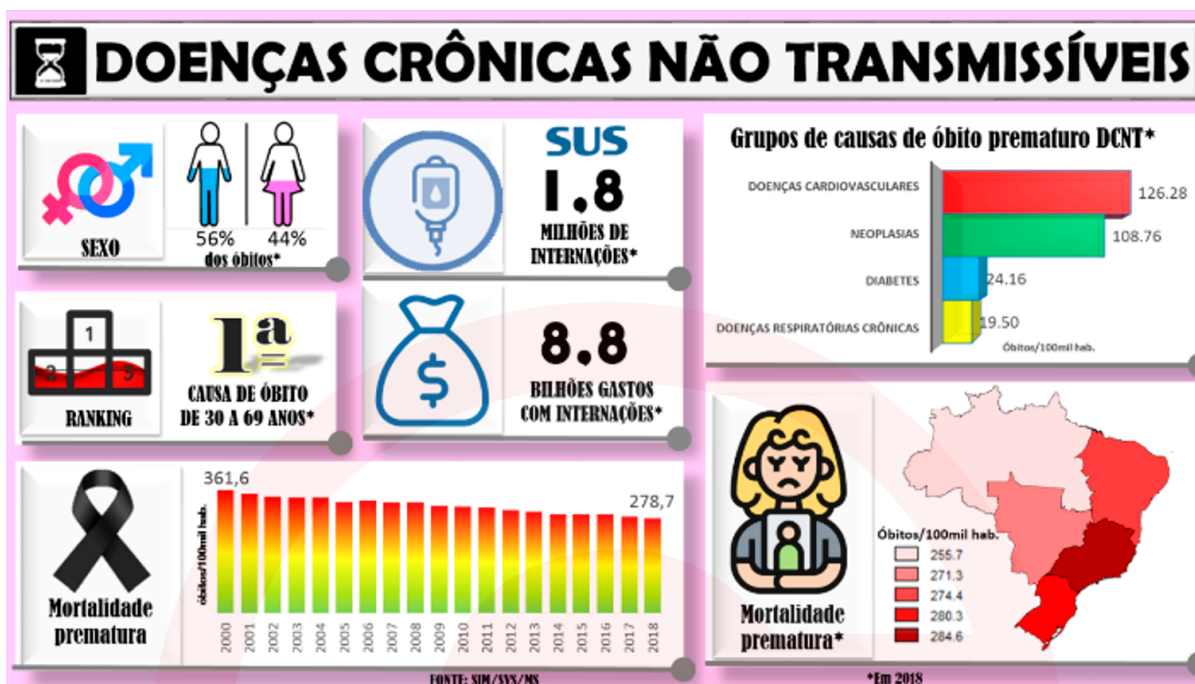


Figura 9 – Panorama da morbimortalidade por DCNT no Brasil

Sobre as mudanças no estilo de vida responsáveis pela prevenção das DCNT, assinale a alternativa correta.

- (A) Recomenda-se o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, sal e bebidas adoçadas artificialmente.
- (B) A atividade física apresenta pouco benefício na prevenção de doenças e na promoção da saúde.
- (C) Reduzir o tabagismo e reduzir o consumo abusivo de bebidas alcoólicas são medidas de prevenção de doenças.
- (D) A alimentação saudável é suficiente para prevenção de doenças, não há necessidade de controle de peso.
- (E) Recomenda-se a prática de 90 minutos de atividade física por semana, no máximo.

37

Envelhecer com saúde deve ser uma meta de vida. Algumas atitudes são importantes para um envelhecimento saudável. Analise as afirmativas e assinale a correta.

- (A) O idoso deve evitar realizar atividades físicas por causa do risco de quedas.
- (B) O idoso deve se manter ativo e manter hábitos que favoreçam a cognição, como leitura ou palavras cruzadas.
- (C) Manter-se em família, aproveitando esses últimos momentos, é muito importante para o idoso.
- (D) Pegar sol, em qualquer horário, é importante para fortalecer os ossos e prevenir quedas.
- (E) Assistir à televisão é uma maneira excelente de manter o cérebro ativo.

38

Sobrecarga de trabalho é o excesso de serviço sobre os colaboradores, com longas jornadas laborais, demandas com curtos prazos e outras situações que sobrecarreguem a condição biopsicológica. Sobre o impacto da sobrecarga de trabalho na saúde, analise as afirmativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A sobrecarga de trabalho tem impactos sobre a saúde física, mas não causa prejuízos mentais.
- (B) São fatores que podem causar a sobrecarga de trabalho: desorganização, equipes enxutas e metas exageradas.
- (C) A Síndrome de Less é uma doença causada pela exaustão relacionada ao trabalho.
- (D) Para a empresa, não há prejuízo algum quando ela sobrecarrega um colaborador.
- (E) A única forma de resolver a sobrecarga de trabalho é contratando mais funcionários.

39

A Síndrome de Burnout, também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional, é uma doença mental que surge após o indivíduo passar por situações de trabalho desgastantes. Sobre essa síndrome, assinale a alternativa correta.

- (A) São manifestações clínicas da Síndrome de Burnout: febre, coriza, falta de ar, dor no tórax, náuseas e vômitos.
- (B) Trata-se de uma doença crônica, que não tem cura, mas tem tratamento.
- (C) Não existe forma de prevenir, porém existe diagnóstico precoce.
- (D) A atividade física regular e os exercícios de relaxamento devem ser rotineiros, para aliviar o estresse e controlar os sintomas da doença.
- (E) O tratamento é feito através da eletroconvulsoterapia.

40

A aptidão física é a capacidade de realizar as atividades cotidianas com tranquilidade e menor esforço. Sobre a aptidão física e a saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade física somente apresenta impacto na composição física da pessoa.
- (B) Para realizar atividades do dia a dia, algumas habilidades são necessárias, como por exemplo, a flexibilidade.
- (C) O principal componente da aptidão relacionado à saúde é a força muscular.
- (D) A aptidão musculoesquelética é composta por alongamento, resistência e hipertonia.
- (E) A hipertrofia dos músculos paravertebrais é importante na prevenção das dores nas costas.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

DIREITOS HUMANOS

ALICE ROCHA

41

Princípios de tolerância são discutidos no contexto internacional desde a Declaração de Princípios de Tolerância da ONU de 1995. Recentemente, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. A partir desses documentos, podemos considerar que:

- (A) Tolerância pode ser considerada uma situação de condescendência ou indulgência em relação à diversidade cultural do mundo.
- (B) Intolerância é um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias.
- (C) Atos de intolerância não são configurados em manifestações de marginalização ou exclusão de grupos em condições de vulnerabilidade da participação na esfera pública ou privada.
- (D) A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de diferentes por uma cultura de iguais.
- (E) Os Estados reconhecem o dever de se adotarem medidas nacionais e regionais para promover e incentivar o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos os indivíduos e grupos sujeitos a sua jurisdição, com distinção de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.

42

Quando da promulgação da CF/1988, o constituinte deixou um artigo especialmente dedicado aos povos quilombolas:

ADCT, **Art. 68**. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Durante vários anos foi discutida a operacionalização desse artigo, culminando com o Dec. n. 4.887/2003. A constitucionalidade desse decreto foi questionada perante o STF na ADI 3239 e ficou estabelecido que:

- (A) A aplicabilidade do artigo 68, ADCT, só seria possível pela edição de uma regulamentação infraconstitucional.
- (B) O Decreto n. 4.887/2003 padece de inconstitucionalidade formal, devido ao fato de não haver uma lei prévia que confira validade ao Decreto.

- (C) O Decreto n. 4.887/2003 é constitucional por incluir uma matéria que poderia ser regulada por decreto autônomo conforme o artigo 84 VI da CF/1988.
- (D) O STF reconheceu o direito das comunidades quilombolas às suas terras e eliminou qualquer tipo de condição para tanto, inclusive do ponto de vista temporal.
- (E) As comunidades tradicionais devem buscar terras desocupadas ou com menor potencial de exploração econômica a fim de evitar conflitos.

43

Paula é uma mulher de 35 anos que tem sofrido violência doméstica há 2 anos. Paula nunca procurou ajuda porque tem vergonha de denunciar seu próprio filho que a está agredindo. Todavia, no último fim de semana, seu filho estava alcoolizado e, ao agredi-la, acabou chamando a atenção dos vizinhos, que vieram em socorro de Paula. Sobre a possibilidade de acionar o Sistema Interamericano para proteção de Paula, devemos considerar que:

- (A) é possível entrar com uma petição individual diretamente no Sistema Interamericano sem buscar o esgotamento dos recursos nacionais, tendo em vista que o Brasil já deu provas de que não protege a mulher da violência doméstica.
- (B) devem ser buscados os recursos internos para proteção de Paula antes de acionar o Sistema Interamericano.
- (C) caso seja identificada uma omissão estatal ou demora injustificada para o tratamento do caso, Paula poderá entrar com uma petição individual perante a Corte Interamericana.
- (D) devido à urgência do caso, Paula pode solicitar que a Comissão Interamericana solicite uma medida provisória que terá efeito vinculante, obrigando o Estado brasileiro a protegê-la.
- (E) não é possível acionar o Sistema Interamericano, tendo em vista que a violência resultante da relação parental não está prevista como violação de direitos humanos.

44

Recentemente, o Brasil sofreu a primeira condenação pela Corte Interamericana por violência policial no caso “Favela Nova Brasília”. A respeito da jurisprudência estabelecida nesse caso, é correto afirmar:

- (A) Esse caso envolve as práticas de abuso sexual, tortura e morte de 26 pessoas em razão de operações realizadas pela Polícia Civil de São Paulo em 1994 e 1995.
- (B) O Brasil cumpriu todas as recomendações da Comissão Interamericana e, portanto, o caso não precisou ser submetido à Corte Interamericana.

- (C) Na apuração dos fatos, os homicídios foram registrados como confrontos e autos de resistência, o que não isentou os policiais da responsabilidade pelas mortes.
- (D) Como consequência da sentença da Corte Interamericana, o inquérito para o caso de 1994 foi reaberto e levou à denúncia de seis ex-policiais. A chacina de 1995, por sua vez, sequer gerou denúncia, e os crimes já prescreveram.
- (E) No dia 25 de agosto de 2021, foi autorizado o Incidente de Deslocamento de Competência da apuração dos fatos para a Justiça Federal.

45

A respeito da resolução de conflitos internacionais e meios de solução de controvérsias, assinale a alternativa correta:

- (A) São tribunais internacionais a Corte Europeia de Direitos Humanos, a Corte Internacional de Justiça e a Organização das Nações Unidas.
- (B) O Tribunal Penal Internacional lida somente com conflitos entre Estados.
- (C) A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos tem autonomia para a criação de mecanismos especiais que facilitem a resolução de conflitos relacionados à proteção dos direitos humanos e dos povos.
- (D) O Brasil faz parte do Tribunal Penal Internacional.
- (E) Nenhuma das alternativas.

46

Considerada documento essencial para a proteção internacional dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948:

- (A) foi promulgada no Brasil logo após a sua assinatura.
- (B) possui valor meramente declaratório; portanto, não gera obrigações aos Estados.
- (C) é ato de organização internacional, de modo que prescinde de incorporação ao direito interno, como se exige para tratados de direitos humanos.
- (D) gera obrigações somente para Estados que a ratificaram e promulgaram em seu direito interno.
- (E) constitui relevante tratado internacional do período posterior à Primeira Guerra Mundial.

DIREITO CONSTITUCIONAL**RICARDO BLANCO****47**

Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.

- (A) Segundo o STF, o registro Geral (RG) ou carteira de identidade é um documento público emitido para cidadãos nascidos e registrados no Brasil e para nascidos no exterior, que sejam filhos de brasileiros, servindo para confirmar a identidade da pessoa natural, solicitação de outros documentos e exercício de direitos relacionados à cidadania. A gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade não desborda da legítima liberdade de conformação normativa do Poder Legislativo, tratando-se de mero cumprimento por parte do Poder Público Federal de uma obrigação haurida das esferas constitucional e internacional.
- (B) A ação direta de inconstitucionalidade não constitui sucedâneo da ação popular constitucional, destinada, esta sim, a preservar, em função de seu amplo espectro de atuação jurídico-processual, a intangibilidade do patrimônio público e a integridade do princípio da moralidade administrativa.
- (C) Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.
- (D) O *habeas data* é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.
- (E) O *habeas data* é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.

48

Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF sobre competência dos entes federativos.

- (A) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- (B) A Lei n. 11.259/2020, na redação dada pela Lei n. 11.299/2020 do Estado do Maranhão, ao determinar a redução obrigatória e proporcional das mensalidades na rede privada de ensino durante o Plano de Contingência da COVID-19, não viola a competência da União para legislar sobre Direito Civil (art. 22, I, CF).
- (C) A Lei n. 5.694/2016 do Distrito Federal, que determina a obrigatoriedade de doação de alimentos com prazo de validade próximo ao fim, é uma norma que determina a destinação de bens particulares e dispõe sobre direito de propriedade e tem natureza de direito civil, não podendo ser validamente emitida por ente federado.

(D) A Lei n. 17.115/2017 do Estado de Santa Catarina, ao reconhecer a profissão de condutor de ambulância, bem como estabelecer condicionantes ao exercício da atividade de remoção de acidentados e/ou deslocamento de pacientes em ambulâncias, disciplina matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I e XVI).

(E) Lei estadual que impõe a prestação de serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento é inconstitucional, quer por violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil, quer por violar a livre iniciativa.

49

Assinale a opção incorreta em relação às disposições gerais do Poder Judiciário.

- (A) O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- (B) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- (C) A previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
- (D) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

50

Assinale a alternativa incorreta em relação à competência do Congresso Nacional.

- (A) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (B) Autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- (C) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- (D) Autorizar o estado de defesa e a intervenção federal, aprovar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- (E) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

RODRIGO CARDOSO

51

Considere que o Prefeito do município “X” tenha nomeado seu tio Bruno para exercer o cargo de Secretário de Educação municipal. Bruno é professor respeitável com amplo conhecimento técnico na área de educação. Na hipótese em tela, assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação é ilegal por ser prática de nepotismo.
- (B) A nomeação atenta contra os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência.
- (C) A nomeação para exercer cargo de natureza política não representa a prática de nepotismo, desde que o nomeado preencha os requisitos técnicos exigidos para o cargo.
- (D) A nomeação atenta contra os princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade.
- (E) A vedação da nomeação para ocupar cargos públicos de natureza política alcança parentes até o terceiro grau da autoridade nomeante.

52

A Administração Pública pode ser compreendida como atividade administrativa do Estado ou como a própria estrutura organizacional estatal. Quanto às duas acepções apresentadas, é correto afirmar que

- (A) a prestação de serviços públicos representa o sentido material da administração pública.
- (B) a estruturação da administração direta e indireta liga-se ao sentido objetivo de administração pública.
- (C) os órgãos e entidades administrativas compreendem o conceito de administração pública em sentido material.
- (D) a administração pública em seu sentido funcional confunde-se com o sentido subjetivo de administração pública.
- (E) a administração em sentido objetivo representa o conjunto de órgãos e entidades que realizam a função administrativa.

53

Levando em consideração a Lei n. 8.987/1995, analise as assertivas abaixo:

- I – A encampação exige lei autorizativa e prévia indenização, se for o caso.
- II – O serviço público mediante permissão pode ser desempenhado por pessoa física ou jurídica.
- III – A reversão da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

54

Tinoco, oficial da PM-PB, no exercício de suas funções, disparou arma de fogo contra traficantes que planejaram uma emboscada contra sua guarnição. Com o término do tiroteio, infelizmente, um particular foi atingido por “bala perdida”. Após a devida perícia, ficou constatado que a bala saiu de arma da corporação. Nesse caso, é correto afirmar:

- (A) Não há necessidade de indenizar a família da vítima, pois a ação policial é amparada em excludente de ilicitude penal.
- (B) A responsabilidade estatal é subjetiva, pois não houve a intenção de atingir a vítima.
- (C) A responsabilidade do Policial é objetiva pela falta de cuidado no exercício de suas funções.
- (D) A responsabilidade estatal é objetiva, independentemente de haver excludente de ilicitude penal.
- (E) A responsabilidade estatal é objetiva desde que seja provado dolo ou culpa do policial.

DIREITO PENAL

WALLACE FRANÇA

55

Mesmo que cometido em território estrangeiro, a depender da situação fática, será aplicada ao caso a lei penal brasileira. A esse fenômeno jurídico dá-se o nome de extraterritorialidade. A extraterritorialidade subdivide-se em condicionada e incondicionada. São casos de extraterritorialidade incondicionada, exceto:

- (A) Crimes cometidos contra o Presidente da República que afrontam o bem jurídico vida.
- (B) Crimes cometidos contra o Presidente da República que afrontam o bem jurídico liberdade.
- (C) Crime de genocídio praticado por brasileiro.
- (D) Crime de genocídio praticado por estrangeiro domiciliado no Brasil.
- (E) Crime cometido a bordo de aeronave a serviço do governo brasileiro.

56

Alberto, maior e capaz, com intuito de defender seu lar, coloca pequenos pedaços de vidro (ofendículos) na parede do muro de sua residência para evitar furtos ou roubos. Todavia, Cláudio, com a finalidade de furtar uma TV que estava na residência de Alberto, tenta adentrar por cima do muro, mas sofre lesões corporais no vidro, o que evita sua entrada no imóvel. Levando-se em consideração as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Alberto cometeu fato típico, ilícito, culpável, porém não punível.
- (B) Alberto cometeu fato atípico.
- (C) Alberto cometeu crime de lesões corporais.
- (D) Alberto cometeu fato típico, ilícito, mas não culpável.
- (E) Alberto tem a ilicitude afastada no caso em apreço.

57

Carlos, maior e capaz, usa arma de fogo de uso restrito para subtrair, com grave ameaça, coisa alheia móvel que pertencia a Ana. Levando-se em consideração as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos cometeu o crime de roubo qualificado.
- (B) Carlos cometeu o crime de furto qualificado.
- (C) Carlos cometeu crime de roubo com causa de aumento de pena de 2/3.
- (D) Carlos cometeu crime de roubo com causa de aumento de pena de 1/3.
- (E) Carlos cometeu crime de roubo com causa de aumento de pena de dobro.

58

Agente público que deixa de praticar ato ou o retarda para atender sentimento pessoal comete o crime de:

- (A) condescendência criminosa.
- (B) advocacia administrativa.
- (C) prevaricação.
- (D) comete fato atípico.
- (E) comete fato típico, antijurídico, porém não culpável se não gerar dano à Administração Pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DOUGLAS VARGAS

59

Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá tomar algumas providências, cujo rol consta do art. 6º do CPP. São providências que constam do referido rol, exceto:

- (A) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (B) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos papiloscopistas.
- (C) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (D) ouvir o ofendido.
- (E) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

60

No que tange ao exame de corpo de delito, é correto afirmar que:

- (A) A confissão do acusado pode suprir-lhe a falta.
- (B) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência contra adolescentes.
- (C) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- (D) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia, durante o horário de expediente regulado por ato administrativo da comarca em que for realizado.
- (E) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.

61

Sobre a acareação e o reconhecimento de pessoas ou coisas, é correto afirmar que:

- (A) Não se admite acareação entre acusados.
- (B) Não se admite a acareação entre diferentes sujeitos processuais. Assim, é admissível a acareação entre testemunhas, mas não entre acusado e testemunha.
- (C) O reconhecimento de pessoas deve ser sempre realizado utilizando, como parâmetro de comparação, pessoas parecidas com aquela que se pretende identificar.
- (D) Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.
- (E) Não se aplicam ao reconhecimento de objeto quaisquer disposições relativas ao reconhecimento de pessoas.

62

Admite-se a prisão preventiva:

- (A) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 2 (dois) anos.
- (B) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- (C) ainda que o agente tenha praticado o fato amparado pela legítima defesa.
- (D) ainda que a decisão que decretar a referida modalidade de prisão seja imotivada.
- (E) decretada de ofício pelo magistrado, desde que presentes os demais pressupostos processuais e que a decretação seja realizada durante a ação penal.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE WALLACE FRANÇA E ISMAEL SOUTO

63

Tendo como base a Nova Lei de Abuso de Autoridade, julgue os itens a seguir.

- I – Constitui crime de abuso de autoridade decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais.
- II – Os crimes previstos na lei de abuso de autoridade exigem dolo especial do agente.
- III – Constitui crime de abuso de autoridade submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno em qualquer caso.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I e II estão corretos.
- (B) I e III estão corretos.
- (C) II e III estão incorretos.
- (D) I e III estão incorretos.
- (E) Apenas I está correto.

64

Alberto, promotor de justiça, após conhecer inquérito policial realizado pela polícia judiciária, teve acesso a um amplo acervo de provas no qual constavam indícios de autoria, materialidade e circunstâncias da realização de crime de abuso de autoridade. O membro do Ministério Público percebeu, ademais, que a prática realizada pelo agente delituoso também constituía falta administrativa. Levando-se em consideração o caso narrado e o que dispõe a Lei n. 13.869/2019, assinale a alternativa correta:

- (A) Deverá o membro do Ministério Público informar a autoridade administrativa competente das notícias do crime, para que se proceda à apuração.
- (B) Em razão da independência entre as instâncias, o membro do Ministério Público deverá permanecer inerte e não informar o caso à autoridade administrativa.
- (C) Em razão da independência entre as instâncias, o membro do Ministério Público deverá permanecer inerte e não informar o caso à autoridade administrativa. Todavia, caso conste ilícito civil, deveria informar.
- (D) Apenas poderá comunicar à autoridade administrativa se houver condenação penal, independentemente, do trânsito em julgado.
- (E) Apenas poderá comunicar à autoridade administrativa se houver condenação penal, sendo necessário o trânsito em julgado.

65

A Lei n. 13.869/2019 (Nova Lei de Abuso de Autoridade) tipifica vários atos como delitos de abuso de autoridade. Dentre eles, não está:

- (A) deixar de relaxar a prisão manifestamente ilegal.
- (B) deixar de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.
- (C) deixar justificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal.
- (D) decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.
- (E) deixar de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou.

66

Tendo como base a nova Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), julgue os itens a seguir.

- I – Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- II – É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.
- III – São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I está correto.
- (B) II e III estão incorretos.
- (C) I e III estão corretos.
- (D) Apenas II está correto.
- (E) II e III estão corretos.

67

Tendo por base os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 (Nova Lei de Abuso de Autoridade) e sua ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Admite-se a ação penal privada subsidiária da pública até 12 meses após o fim do prazo para interposição da ação pelo Ministério Público.
- (B) Não se admite ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) Os crimes contidos na Lei n. 13.869/2019 são processados mediante ação penal pública condicionada a representação do ofendido.
- (D) Admite-se a ação penal privada subsidiária da pública até 6 meses após o fim do prazo para interposição da ação pelo Ministério Público.
- (E) O Ministério Público não poderá intervir nos atos processuais quando intentados por ação penal privada subsidiária da pública.

68

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (art. 1º, parágrafo único, CF/1988). Com isso, entende-se que a democracia brasileira é exercida de forma semidireta. Quanto a isso, o Estatuto do Desarmamento trouxe previsão expressa de um exercício de direito de participação popular ao prever _____ que decidiria pela proibição ou não do comércio de arma de fogo no país. A lacuna é preenchida corretamente pela expressão:

- (A) plebiscito.
- (B) iniciativa popular.
- (C) referendo.
- (D) ação popular.
- (E) *habeas data*.

69

Para que se cometa um delito, deve o agente, no momento da ação ou omissão, ter conduta dolosa ou culposa. Ademais, apenas se pune a modalidade culposa se assim houver previsão legal. Pune-se culposamente, no Estatuto do Desarmamento, o crime de:

- (A) porte ilegal de arma de fogo.
- (B) tráfico internacional de arma de fogo.
- (C) comércio ilegal de arma de fogo.
- (D) disparo de arma de fogo.
- (E) omissão de cautela.

70

A Lei n. 11.343/2006 (Lei Antidrogas) tem como missão, além de tipificar e punir determinadas condutas, a função de prevenir o delito. Para isso, dispõe de sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Sisnad). É objetivo do Sisnad, exceto:

- (A) contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados.
- (B) promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país.
- (C) promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
- (D) assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º dessa Lei.
- (E) o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.

71

O agente condenado pelo delito de posse de drogas para consumo pessoal, porém que se nega a cumprir as medidas educativas, poderá ser submetido pelo juiz a:

- (A) pena privativa de liberdade.
- (B) limitação de fim de semana.
- (C) admoestação verbal.
- (D) prisão domiciliar.
- (E) apreensão de passaporte.

72

Em relação à Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- (A) O objetivo da Lei n. 11.340/2006 é a proteção da mulher em situação de fragilidade diante do homem, desde que caracterizado o vínculo de relação doméstica, familiar ou de afetividade, não se aplicando a lei às relações domésticas e afetivas entre pessoas do mesmo sexo.
- (B) Para que haja a incidência dessa lei, será necessária a comprovação da coabitação entre o agente e a vítima ao tempo do crime.
- (C) O crime de ameaça cometido no âmbito da Lei n. 11.340/2006 será processado mediante a ação penal pública incondicionada.
- (D) De acordo com o entendimento do STJ, será possível o recebimento da denúncia com base no depoimento da vítima por crimes de ameaça praticados no ambiente doméstico, pois, ao longo da instrução processual, é que serão colhidos outros elementos de convicção, que irão, ou não, confirmar as alegações da vítima colhidas extrajudicialmente.
- (E) Conforme o posicionamento do STF, nos casos de lesão corporal leve, no âmbito doméstico, a ação penal será pública condicionada à representação privada.

73

Maria, casada com Joana, num momento de discussão no lar, destruiu parte dos instrumentos de trabalho de sua esposa. Considerando a conduta de Maria em face do disposto na Lei Maria da Penha, pode-se afirmar que

- (A) Maria, pela sua conduta, poderá ser submetida à pena de pagamento de cestas básicas em favor de entidades assistenciais.
- (B) Maria não se sujeitará às penas da Lei Maria da Penha, pois a sua conduta ocorreu apenas dentro do ambiente familiar.
- (C) Maria estará sujeita à prisão preventiva, a ser decretada pelo juiz a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

(D) Maria não poderá ser processada pela Lei Maria da Penha, tendo em vista que esta se destina a proteger a mulher contra agressões físicas, psicológicas ou morais, mas não patrimoniais.

(E) Joana terá direito a obter medida judicial protetiva de urgência contra Maria, podendo entregar pessoalmente a intimação da respectiva medida a sua esposa.

74

De acordo com a Lei n. 8.072/1990, são crimes hediondos, dentre outros,

- (A) atentado contra meio de transporte aéreo, concussão e homicídio qualificado.
- (B) extorsão mediante sequestro, desastre ferroviário e incêndio, desde que seguidos de morte.
- (C) terrorismo, estupro, atentado violento ao pudor e racismo.
- (D) homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro e tráfico ilícito de drogas.
- (E) estupro de vulnerável, epidemia com resultado morte e adulteração de produto destinado a fim terapêutico.

75

Allejo, um jogador de futebol profissional, é negro. Durante uma partida contra um time argentino, é chamado pelos torcedores do time adversário de macaco e lhe são atiradas bananas no meio do gramado. Caso sejam identificados os torcedores, é correto afirmar que, em tese,

- (A) responderão pelo crime de preconceito de raça ou de cor, nos termos da Lei n. 7.716/1989.
- (B) responderão pelo crime de racismo, nos termos da Lei n. 7.716/1989.
- (C) responderão pelo crime de difamação, nos termos do art. 139 do Código Penal, com o aumento de pena previsto na Lei n. 7.716/1989.
- (D) não responderão por crime algum, tendo em vista que esse tipo de rivalidade entre as torcidas é próprio dos jogos de futebol.
- (E) responderão pelo crime de injúria racial, nos termos do art. 140, § 3º, do Código Penal.

76

De acordo com a Lei n. 7.716/1989, a conduta de impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é caracterizado crime cuja pena é

- (A) de prestação de serviços à comunidade e pagamento de multa de reparação por danos morais.
- (B) repreensão pública e obrigação de contribuir com uma cesta básica pelo período de três anos ao discriminado.
- (C) detenção de três a cinco meses.
- (D) reclusão de três a cinco anos.
- (E) perda do estabelecimento e proibição de obter alvará de funcionamento.

77

De acordo com a Lei n. 9.455/1997, que tipifica os crimes de tortura, marque a alternativa correta.

- (A) A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (B) Aquele que se omite diante de condutas tipificadas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na mesma pena daqueles que praticam a conduta, pois era agente garantidor.
- (C) Se do crime de tortura resultar lesão corporal de natureza gravíssima, a pena será de reclusão de quatro a doze anos.
- (D) Se a tortura for cometida mediante sequestro, a pena será aumentada de um sexto até dois terços.
- (E) O crime de tortura é insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

78

Em relação à Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas), marque a alternativa correta.

- (A) Define organização criminosa como a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas, com estrutura ordenada e divisão de tarefas, formada com o objetivo de obter vantagem auferida com a prática de infrações penais.
- (B) Alterou a denominação do crime de quadrilha ou bando, previsto no artigo 288 do Código Penal, que passa a ser crime de associação criminosa, definido como a associação de três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.
- (C) Estabelece a possibilidade de perdão judicial, diminuição da pena privativa de liberdade ou a substituição desta por restritiva de direito, daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e processo penal, vedada a colaboração premiada após a sentença.

(D) Estendeu a possibilidade de infiltração de agentes de polícia, em tarefas de investigação, para crimes de menor potencial ofensivo.

(E) Prevê aumento de pena de 1/6 (um sexto) a 1/2 (metade), se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de crime.

79

Em relação à Lei de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850 de 2013), leia o trecho abaixo.

"Art. 2º, § 6º A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público _____ do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e _____ pelo prazo _____ ao cumprimento da pena."

Marque a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) a perda / a suspensão dos direitos políticos / de 6 (seis) anos subsequentes
- (B) a perda / a interdição para o exercício de função ou cargo público / de 8 (oito) anos subsequentes
- (C) a demissão a bem do serviço público / a interdição para o exercício de função ou cargo público / de 8 (oito) a 10 (dez) anos subsequentes
- (D) a demissão a bem do serviço público / a suspensão dos direitos políticos / de 8 (oito) anos subsequentes
- (E) a perda / a interdição para o exercício de função ou cargo público / de 4 (quatro) anos subsequentes

80

De acordo com o previsto na Lei n. 10.471/2003 (Estatuto do Idoso), é crime deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública, por motivo de idade. Assinale a alternativa que possui as penas corretas para o referido crime:

- (A) detenção de 1 (um) mês a 6 (seis) meses e multa.
- (B) detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano ou multa.
- (C) reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- (D) detenção de 1 (um) mês a 6 (seis) meses ou multa
- (E) reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano ou multa.



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
OFICIAL**

FOLHA DE RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80



MAIS DE 23 MIL CURSOS ONLINE PARA VOCÊ:

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos
do seu jeito.

 GRAN CURSOS
ONLINE

#VEM
SER
GRAN

Assinatura ILIMITADA 6.0

para concursos e OAB

FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.


NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar em
concurso público